



SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

## As metamorfoses da dimensão da relação estado / mercado: a ruptura da ofensiva neoliberal frente a crise do COVID-19

*The metamorphoses of the state / market relationship dimension: the rupture of the neoliberal offensive in the face of the Covid crisis 19*

**Carlos Nelson dos Reis<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-2478-700X](https://orcid.org/0000-0002-2478-700X)  
[cnelson@pucrs.br](mailto:cnelson@pucrs.br)

**Pedro Alberto Cardoso**

**Samuel<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-2580-1870](https://orcid.org/0000-0002-2580-1870)  
[pacsadv@icloud.br](mailto:pacsadv@icloud.br)

**Recebido em:** 7 jul. 2021.

**Aprovado em:** 29 ago. 2021.

**Publicado em:** 3 nov. 2021.

**Resumo:** O desenvolvimento da sociedade contemporânea, a partir das especificidades de cada momento histórico, acaba por reformular as políticas econômicas e sociais, alterando a relação Estado/Mercado, de tal maneira que o presente artigo busca desenvolver, analiticamente, a dimensão da relação entre essas duas importantes instituições. Tem como fio condutor a evolução do pensamento econômico, onde, em cada momento histórico, se verifica um olhar e uma postura diferentes. Para tanto, utiliza-se de análise crítica e de aportes de pesquisa bibliográfica e documental. A reflexão atinge seu objetivo ao mostrar, em tempo presente, a ruptura do pragmatismo do pensamento neoliberal no enfrentamento à crise imposta pelo COVID-19.

**Palavras-chave:** Estado. Mercado. Neoliberalismo.

**Abstract:** The development of contemporary society, based on the specifics of each historical moment, ends up reformulating the economic, social and political policies, changing the State-Market relationship. In such a way that this article seeks to analytically develop the dimension of the relationship between these two important institutions. It has as its guiding thread the evolution of economic thought, where in each historical moment there is a different look and posture. For this, it uses critical analysis and contributions from bibliographic and documentary research. Reflection achieves its objective by showing, in the present times, the rupture of the pragmatism of neoliberal thinking in facing the crisis imposed by COVID-19.

**Keywords:** State. State market. Neoliberalism.

### Introdução

Desde a concepção do Estado na forma de República, ou mesmo de Monarquia Constitucional, tem-se, na literatura, um número expressivo e qualificado de pensadores que demonstram a relação Estado/Mercado na era contemporânea, e, para tanto, se utilizam de um marco referencial que apresenta a concepção e a conformação do Estado moderno. Nessa perspectiva, e para dar conta dessa reflexão, opta-se por descrever o Estado como um ente político, enquanto uma matriz de análise conceitual, que contemple as principais correntes do pensamento econômico, com o objetivo de melhor compreender a essência dessa relação e sua repercussão no campo das formulações de políticas de cunho econômico e também social, pois é nesse intervalo temporal que se conquistam os direitos sociais da humanidade.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

No limiar dos anos 2000, pensadores, historiadores, cientistas sociais, políticos e as academias, em geral, começaram a divulgar seus primeiros apontamentos a respeito dos principais acontecimentos do século XX. Não resta dúvidas que se trata de uma época repleta de fatos importantes e de colossais mudanças estruturais de caráter ideológico, econômico e social, tanto em nível internacional como nacional.

No contexto internacional assistem-se a consagração dos direitos fundamentais, a evolução jurídico-positiva dos direitos humanos, o amadurecimento da Segunda Revolução Industrial, a transposição da hegemonia capitalista mundial da Inglaterra para os Estados Unidos da América, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a derrocada do liberalismo econômico e ascensão do Keynesianismo, a Grande Depressão, a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Fria (travada entre EUA e URSS), a consolidação da hegemonia dos EUA como centro do capitalismo, os Anos Dourados, a crise dos anos 1970, a propagação do ideário neoliberal, a desintegração da URSS, a queda do Muro de Berlim, dentre outros acontecimentos.

Em nível nacional, a intensidade de mudanças e acontecimentos, ressalvadas as devidas proporções, seguem a tendência internacional. Nos planos político, econômico e social tem-se a Revolução de 1930, o Estado Novo,<sup>2</sup> a passagem do modelo de desenvolvimento agrário-exportador para o modelo urbano-industrial, o Plano de Metas, a abertura da economia nacional para o grande capital internacional, a crise política do início dos 1960, a ditadura militar (com duração de 21 anos), a retomada da democracia, o combate à inflação, a negociação da dívida externa, entre outros fatos componentes da historiografia brasileira.

Como se percebe, trata-se de um período repleto de acontecimentos que definiram profundas transformações, as quais proporcionaram um aumento da complexidade das estruturas dos diferentes

segmentos socioeconômicos, tanto os internacionais como os nacionais. O objetivo deste texto é olhar para esse intervalo temporal e, a partir dessas mudanças, analisar as diferentes conformações, bem como as resultantes que a relação Estado/Mercado veio estabelecendo nos diferentes momentos históricos, pois essa relação se compõe das principais instituições de uma Nação.

Para tanto, o texto se desenvolverá em dois itens: o primeiro tratará da relação Estado/Mercado a partir dos fundamentos teóricos que dão sustentação ao papel do Estado, enquanto governo, no transcorrer do período; o segundo tratará da resposta neoliberal nos contextos internacional e nacional tendo como pano de fundo a crise sanitária de 2020 na qual os Governos, independentemente de suas respectivas orientações teóricas, buscam solução em ações que seriam pautadas por outro paradigma. Para esse fim, segue-se a mesma linha de raciocínio do primeiro item, acrescentando mais uma variável à relação, de forma a enxergá-la no intervalo temporal do pensamento econômico e detectar as marchas e contramarchas do comportamento da relação estado/mercado.

### Relação estado/mercado: a perspectiva do pensamento econômico

É no limiar das primeiras décadas do século XX, mais precisamente a partir do início das primeiras sinalizações do final da fase de concorrência perfeita, que se intensificam os debates a respeito do papel do Estado na economia. Teoricamente, esse debate tem se fundamentado, de forma resumida, em três escolas do pensamento econômico: no liberalismo, no keynesianismo e, por fim, no neoliberalismo.<sup>3</sup>

O primeiro paradigma se impõe como um conjunto de ideias éticas, políticas e econômicas e representou, principalmente na Europa do século XVIII, uma oposição à visão de mundo da nobreza feudal que se organizava economicamente nas ideias do mercantilismo.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> O Estado Novo foi a primeira ditadura civil brasileira. Foi comandada por Getúlio Dornelles Vargas e durou 9 anos.

<sup>3</sup> Para fins deste artigo utilizam-se essas escolas do pensamento econômico, não desconhecendo que outras escolas também, de uma forma ou outra, contemplaram discussões sobre o papel do Estado na economia.

<sup>4</sup> "A fase inicial do mercantilismo – geralmente chamada *bulionismo* – originou-se no período em que a Europa estava passando por uma aguda escassez de ouro e prata em barra, não tendo, portanto, moeda suficiente para atender ao volume crescente do comércio. Foram estabelecidas políticas bulionistas para atrair ouro e prata para um país e mantê-los no próprio país, proibindo-se sua exportação. Essas restrições duraram desde o fim da Idade Média até os séculos XVI e XVII" (HUNT, 2013, p. 15, grifo nosso).

O cerne do liberalismo tem no comportamento individual o seu fundamento básico. Em linhas gerais, a relação Estado/Mercado nessa postulação é "[...] baseada nos direitos individuais e na ação do Estado de acordo com o 'bem comum' a fim de controlar as paixões dos homens [...]" (CARNOY, 1988, p. 23).

Os principais pensadores e articuladores das ideias do liberalismo foram Adam Smith, Robert Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill. Suas postulações referem-se à defesa dos meios de produção privados e da economia de mercado baseada na livre iniciativa e na competição. Partem da assertiva de que a garantia do funcionamento da economia tinha que se dar a partir do mercado e da livre iniciativa, o que resultaria na valorização de um espírito competitivo entre os agentes econômicos.

De maneira sintética, é possível definir esse período como a fase do capitalismo competitivo clássico, onde, conforme a teorização clássica liberal, as instituições centrais – o Estado e o mercado – interagem articuladamente, compondo uma competição "saudável" e criativa.<sup>5</sup>

Conforme a literatura histórica econômica, foi no início do século XX, mais precisamente no transcorrer da década de 1920, que se acentuam os sinais mais fortes de esgotamento da fundamentação liberal. Ou seja, momento em que, no livre jogo, as forças do mercado não mais se evidenciam como capazes de contornar a crise capitalista que tomava dimensões irreversíveis.

Em realidade, as origens do fim da fase concorrencial clássica devem ser buscadas na transição da base produtiva, baseada na conjugação ferro-carvão-máquina a vapor-ferrovia, gestada na Primeira Revolução Industrial (RI) para uma nova base gestada na Segunda RI que centrou suas articulações no circuito aço-eletricidade-refino de petróleo-motor a combustão-automóvel (PEREZ, 2004). Essa transformação econômica e tecnológica estabeleceu as condições para o desdobramento de vários novos setores industriais; tais incrementos foram gestados no transcorrer dos séculos XVIII e XIX.

Essa fase é definida como capitalismo organizado ou monopolista. Ou seja, paralelamente às mudanças estruturais da base produtiva consolidou-se a concentração industrial promovida pelas economias de escala, pela publicidade, fortalecendo o processo de monopolização do capital, o que consagra uma nova fase de concorrência capitalista. A estrutura de mercado de concorrência perfeita cede lugar para a estrutura monopolista, que se definirá como concorrência imperfeita, como um contraponto à concorrência perfeita. E, é essa que se esgota no final dos anos 1920, estabelecendo o cenário que se denominou de A Grande Depressão, que o postulado do liberalismo não mais consegue explicar e muito menos propor alternativas para a saída da crise.

Do ponto de vista teórico, e até mesmo empírico, o diagnóstico e as alternativas para superação da crise serão tratadas por outra fundamentação econômica liderada por John Maynard Keynes, que não "[...] acreditava no mundo clássico do equilíbrio natural, nem no sistema de livre mercado como ajuste automático equitativo" (VILLARREAL, 1984, p. 67). Em sua teorização, Keynes mostrou que o capitalismo gerava dois problemas cruciais: desemprego e concentração de renda.

Além de um conjunto de proposições que reorientaram a teoria econômica, Keynes mostrou, em oposição aos clássicos do liberalismo, que o Estado deve intervir na economia de mercado, buscando se contrapor ao desemprego involuntário e aumentando a produção. O principal instrumento keynesiano, de curto prazo, é a administração da demanda efetiva. Assim, com Keynes tem-se o fim da premissa da necessidade do equilíbrio fiscal e monetário.

Como resposta ao problema da pobreza e desemprego, ainda que não faça uma referência direta e, portanto, não elabora uma definição de políticas para enfrentar a questão, Keynes propõe o Estado Promotor do Bem-Estar Social. Essa ação se determinaria quando "[...] os governos reconhecendo que a distribuição da renda [...] é socialmente

<sup>5</sup> É importante destacar a diferença entre a lógica do liberalismo frente ao mercantilismo, onde o Estado tinha como regime de governo o absolutismo, no qual as regras legislativas, econômicas e jurídicas eram determinadas pelo Monarca. Em realidade, o período do mercantilismo situa-se nas passagens do século XVI ao XVIII, onde a lógica teórica mercantil definia as relações econômicas e, ao mesmo tempo, servia como instrumento de passagem do regime feudal para o capitalista (OLIVEIRA, 2003).

inaceitável, empreenderiam ações [...] nos campos da segurança social, educação, seguros contra o desemprego etc." (VILLARREAL, 1984, p. 69).

A literatura econômica classifica essa fase como de Capitalismo de Bem-Estar Social, onde o Estado é o articulador, coordenador, financiador e programador das grandes linhas macroeconômicas da atividade produtiva e da sociedade. Ou seja, transforma-se em um agente interventor na economia de mercado.

Em meados da década de 1970, quando inicia, nos principais centros capitalistas, a perda de dinamismo econômico, novamente retomam-se as discussões a respeito do papel do Estado. Em realidade, essa nova crise capitalista tem como característica "[...] o esgotamento de um ciclo largo com a exaustão da etapa acelerada de internacionalização das grandes empresas" (COUTINHO, 1983, p. 41). O que, em realidade, vai remeter à discussão de uma provável, para uns, e necessária, para outros, onda de ajuste estrutural e reestruturação produtiva, que teve início nas economias centrais e, posteriormente, nas periféricas.

O estopim dessa crise<sup>6</sup> configurou-se na quadruplicação dos preços do petróleo, que funcionou como o gatilho de disparo da crise: propiciou uma revisão aguda das taxas de acumulação, acompanhada de forte reação inflacionária, e, por conseguinte, colocando a crise energética em destaque.

Tal como havia ocorrido nas situações anteriores, o diagnóstico dessa nova crise capitalista será feito por uma nova teorização que, sem dúvida alguma, vai contra os pressupostos que davam sustentação ao período anterior. Esses teóricos são definidos como os neoliberais, cujos expoentes são Friedrich Hayek,<sup>7</sup> Milton Friedman, Ludwig Von Mises, Salvador Madariaga, entre outros. Os neoliberais trazem como eixo central de seu diagnóstico uma crítica ferrenha à ação do Estado interventor.

As raízes da crise [...] estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que haviam corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 10).

Sem entrar em grandes polêmicas, o que de certa forma já está um tanto desgastado, a versão de Estado mínimo do receituário neoliberal é muito simples: "[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas" (ANDERSON, 1995, p. 11). Ou seja, o fim do Estado interventor e do de Bem-Estar Social, que eram pontos fundamentais do postulado keynesiano. É importante reter que não se trata de um Estado mínimo, e sim de um Estado forte, com outras funções bem definidas na lógica da regulação e das orientações de política econômica.

Assim, a versão de Estado mínimo dos que defendem o livre mercado no limiar do século XXI é muito diferente daquela apregoada e praticada pelo liberalismo clássico. Na atualidade, o Estado tem que ser mínimo enquanto interventor na atividade produtiva e na diminuição da promoção do bem-estar social, que tem que estar afinada com sua capacidade de financiamento.

Dessa forma chega-se ao estágio atual de concorrência capitalista, que é definido como um capitalismo competitivo, onde o mercado retorna a ser o local privilegiado da competição. Essa é a visão do pensamento econômico vigente, no qual a grande maioria dos países de economia de mercado, sob a lógica do modo de produção capitalista, tem orientado as suas formulações de política econômica. Assim, feitas essas rápidas e sintéticas observações a respeito de escolas do pensamento econômico, na sequência busca-se

<sup>6</sup> Em algumas literaturas esta crise é descrita a partir da terminologia estagflação, que foi cunhada na busca de explicações para a crise econômica mundial que se fez presente na primeira metade da década de 1970. As suas causas estavam no superaquecimento das economias dos países desenvolvidos, com a explosão da procura agregada, levando a pressões inflacionárias; e na diminuição da oferta agregada, em razão das limitações postas pelos países produtores de petróleo e a queda da atividade produtiva em setores dependentes desse recurso, fato que levou ao desemprego e depreciação de moedas.

<sup>7</sup> Hayek foi o grande opositor às ideias de Keynes. Foram contemporâneos e travaram debates eloquentes. "Enquanto Keynes defendia um Estado forte, que tenha protagonismo, regule o mercado e proporcione bem-estar ao povo, Hayek acreditava no liberalismo, no livre mercado, pouca ou quase nenhuma atuação no mercado e que as pessoas tinham que tomar decisões econômicas e trabalharem para seu bem-estar" (BONA, [2020]).

refletir como e porque, na atualidade, o referencial teórico vigente adota orientações de política econômica fora de seu receituário.

### A ruptura do pragmatismo neoliberal: a ação frente a pandemia do coronavírus

Antes de iniciar a reflexão a respeito da adoção de política econômica de recorte neoliberal frente a uma pandemia, é importante destacar que essa relação Estado e Mercado, de uma forma ou de outra, sempre existiu na era contemporânea. O fato é que essa relação, via de regra, está fundamentada em um referencial teórico e daí as devidas importâncias às respectivas dimensões, pois suas variações estão diretamente relacionadas à visão do referencial de sustentação. Para tanto, retoma-se a linha histórica do pensamento econômico com o objetivo de detectar como cada escola equacionava essa relação.

Conforme desenvolvido no item anterior, o pensamento econômico começa a se manifestar como ciência no período de transição do modo de produção feudal para o capitalista. Em realidade,

[...] o aparecimento dos novos Estados-Nação assinalou o começo da transição para uma nova classe dominante. Os novos monarcas, em geral, procuravam o apoio da classe capitalista burguesa, em seu esforço de derrotar seus rivais e unificar o estado sob o mesmo poder central. Essa unificação libertou os mercadores do emaranhado feudal de regras, regulamentos, leis, pesos, medidas e moedas diferentes; consolidou muitos mercados; e deu proteção militar aos empreendimentos comerciais. Em troca o monarca dependia dos capitalistas para as tão necessárias fontes de riqueza (HUNT, 2013, p. 14).

Diante do cenário descrito por Hunt (2013), as primeiras discussões se evidenciam no embate entre mercantilistas e fisiocratas<sup>8</sup> sob a égide de um regime de governo absolutista.<sup>9</sup> É importante ressaltar que esse é o período, em uma perspectiva marxista, definido como o da acumulação primitiva,<sup>10</sup> onde o soberano define e executa o regramento da sociedade, mas o capital encontra seus meios de gerar riqueza. Nesse sentido, a definição da relação Estado/Mercado é dada a partir do Rei, pois o regime absoluto lhe reserva o direito de autoridade máxima de Estado Nação.

Assim, no período do feudalismo/mercantilismo tem-se a dimensão da relação Estado/Mercado identificada na soberania do Estado com 80%<sup>11</sup> de atuação, o que não chama atenção, dado que o regime absolutista consagrava essa dimensão. Por outro lado, percebem-se as preliminares da atuação do mercado, esse atrelado a uma relação econômica entre a burguesia comercial e o Rei, que lhes concede uma série de privilégios<sup>12</sup> sociais e econômicos, com os quais iniciam a geração e a acumulação de riquezas, essa com uma atuação de 20%. É importante ressaltar que a forma empresarial recém está iniciando e compondo o mercado. A ancoragem para tal fundamentação é o início da proliferação da propriedade privada e das primeiras manufaturas, tanto para consumo interno como para suprir mercados externos. Outro ponto que merece destaque é a ausência de direitos civis, políticos e sociais, ou seja, os chamados direitos fundamentais (Quadro 1).

<sup>8</sup> "Os fisiocratas eram um grupo de reformadores sociais franceses, discípulos intelectuais de François Quesnay (1694-1774). Quase todas suas ideias se originavam direta ou indiretamente do *Tableau Economique*, de Quesnay. Sua influência imediata sobre assuntos econômicos e políticos franceses durou cerca de duas décadas e terminou quando seu membro politicamente mais influente, Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), perdeu seu cargo de controlador geral das finanças em 1776" (HUNT, 2013, p. 29).

<sup>9</sup> Em linhas gerais, é um sistema de governo no qual os dirigentes assumem todos os poderes (executivo, legislativo e judiciário) sem limitações. O Absolutismo foi o sistema político e administrativo dos países europeus nos séculos XVI ao XVIII.

<sup>10</sup> "O sistema capitalista pressupunha uma classe operária sem propriedade e uma classe capitalista rica. Marx deu o nome de 'acumulação primitiva' ao processo histórico real através do qual essas duas classes tinham sido criadas" (HUNT, 2013, p. 200).

<sup>11</sup> Os percentuais constantes nos Quadros 1, 2, 3 e 4 são especulações dos autores ao olharem para a dinâmica das relações econômicas e sociais da respectiva época, tendo como ponto de referência a relação estado/mercado/empresas.

<sup>12</sup> São privilégios que estabelecem condições aos mercadores à produção e multiplicação de riqueza "[...] regulamentações mercantis, que vão desde a defesa do monopólio comercial até as normas de controle das exportações e importações, como também os regulamentos à produção interna" (CORAZZA, 2020, p. 16).

**Quadro 1** – Dimensão da Relação Estado/Mercado e concessão de direitos no período Feudalismo/Mercantilismo

Instituição	Dimensão em percentagem		Conquistas de Direitos		
			Civis	Políticos	Sociais
<b>Estado</b>	80	Absolutismo	Não	Não	Não
<b>Mercado</b>	20	Relação econômica entre mercadores e o Rei			

Fonte: Sistematização dos autores, 2020.

As determinações para a mudança das dimensões da relação acontecerão no transcórre do século XVIII, mais especificamente na segunda metade, quando acontecimentos importantes vão decretar a mudança do modo de produção e também no regime político de governo. O primeiro foi a Revolução Industrial,<sup>13</sup> ocorrida em 1771, na Inglaterra (PEREZ, 2004), e o segundo foi a Revolução Francesa,<sup>14</sup> em 1789. Em concomitância, na linha temporal do pensamento econômico tem-se mudanças: as orientações de teoria econômica do mercantilismo e da fisiocracia cedem espaço para as do liberalismo econômico.

Trata-se de um momento de efervescência de transformações políticas, econômicas e sociais que vão alterar as relações comportamentais das sociedades. O que pode ser interpretado a partir das informações contidas no Quadro 2, onde a dimensão do papel do Estado, nessa perspectiva teórica, fica em 20% em razão dos regimes políticos governamentais adotados pelo principais Estados/Nações, em sua grande maioria, a forma de repúblicas democráticas e/ou monarquias constitucionais. O liberalismo econômico, pensamento que passa a dar sustentação às orientações das relações de produção e sociais, apregoava que "[...] o que o Estado deve fazer, antes de tudo, é não opor obstáculos ao livre desenvolvimento das forças que operam no seu interior e por si mesmas são capazes de

promover o crescimento econômico da nação" (CORAZZA, 2020, p. 34). Nesses termos, o papel do Estado ficaria cingido à segurança e à justiça e a situações de calamidade pública.

Logo, é o momento de excelência do mercado com 80% de atuação, onde se consolida a proliferação da propriedade privada e da livre iniciativa, de forma a estabelecer as condições para a consolidação do capitalismo concorrencial. Nesse sentido, o Mercado passa a ser o lócus referencial para a produção, circulação e realização de todas as relações negociais, de tal maneira que

[...] o mercado constitui uma lei reguladora da ordem social, pois a lei do valor regula as relações de trocas entre as mercadorias e as relações entre as pessoas são entendidas como relações entre mercadorias, sem nenhuma intervenção exterior (ROSANVALLON, 2001 apud CORAZZA, 2020, p. 37).

Junto ao Mercado, o fenômeno da Revolução Industrial, dado seu aporte tecnológico, impulsiona a criação de empresas que vão compor e atuar no mercado. Em realidade, a revolução industrial "[...] combina productos e industrias verdaderamente nuevos con otros preexistentes, redefinidos" (PEREZ, 2004, p. 40). Isso evidencia o início da consolidação do capitalismo como modo de produção e relação social em um ambiente de concorrência perfeita (Quadro 2).

<sup>13</sup> "Revolución industrial fue el nombre dado a la irrupción de la máquina y la inauguración de la era industrial (no século XVIII). A mediados del siglo XIX era común que la gente se refiriera a su tempo como la era del vapor y los ferrocarriles y, más adelante, cuando el acero reemplazó al hierro y la ciencia transformó a la industria, el nombre fue el de era del acero y la electricidad" (PEREZ, 2004, p. 34).

<sup>14</sup> A Revolução Francesa resultou da crise política, econômica e social que a França enfrentava ao final do século XVIII. Tal crise marcou o fim do regime absolutista que há séculos existia no país e abriu espaço para o estabelecimento de uma democracia liberal que se proliferou globalmente (LEFEBVRE, 2019).

**Quadro 2 – Dimensão da Relação Estado/Mercado no período do Liberalismo Econômico (1760 a 1929)**

Instituição	Dimensão em percentagem		Conquistas de Direitos		
			Civis	Políticos	Sociais
<b>Estado</b>	20	Repúblicas democráticas ou Monarquias constitucionais	XVIII	XIX	XX
<b>Mercado</b>	80	Propriedade privada e livre iniciativa			

Fonte: Sistematização dos autores, 2020.

Nesse momento, sob influência dos valores iluministas, os direitos fundamentais passaram a ser consagrados em textos constitucionais, em especial o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade formal perante a lei, garantias de cunho negativo por parte do Estado (dirigidos à abstenção estatal). Destaca-se como marco referencial para a consagração tanto a Declaração de Direitos do Povo e da Virgínia, em 1776, quanto a própria Declaração Francesa, de 1789.

Assim, os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (chamado de primeira geração) têm caracterizado

[...] um cunho fortemente individualista, concebidos como direitos do indivíduo perante o Estado, mais especificamente, como direitos de defesa, demarcando uma zona de não intervenção do Estado e uma esfera de autonomia individual em face de seu poder (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2018, p. 331).

A composição da dimensão da relação definida no liberalismo econômico vai mostrar fragilidades e esgotamento nos anos 1920, período no qual o mundo capitalista, a partir de seu epicentro, assiste duas situações transformadoras: a Grande Depressão (GD), de 1929, e a ascensão de um novo referencial teórico.

Sem embargo,

[...] o ano de 1929 deu origem à Grande Depressão e ao desemprego em massa, influenciou a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha, permitindo a Adolf Hitler provocar deliberada e calculadamente a Segunda Guerra Mundial (SANT'ANNA, 2014, p. 10).

O fato é que a crise mostrou a insuficiência do mercado no que se refere à autorregulação, ou

seja, “[...] mostrou o fim de uma visão harmônica e autorregulável de um sistema que tendia espontânea e automaticamente para o equilíbrio de pleno emprego” (CORAZZA, 2020, p. 128).

Na verdade, do ponto de vista da teoria do pensamento econômico, o que está em pauta é o esgotamento do pensamento liberal clássico e neoclássico e a ascensão do pensamento de John Maynard Keynes, pois

Para Keynes o capitalismo ao contrário da visão individualista dos economistas que o precederam, era um mecanismo complexo e instável de acumulação de capital que, entregue a si mesmo, seria vítima de suas próprias crises. O Estado assume, então, uma importância vital, e sua ação é preconizada por Keynes em dois sentidos: o controle monetário e a “socialização dos investimentos” (CORAZZA, 2020, p. 128).

Nessa ótica de pensamento, a ação do Estado volta a ter maior espaço na relação – 60%, sem que haja alteração no regime político de governo (Quadro 3). Isso porque

[...] a intervenção do Estado não está ligada a um problema filosófico em relação à propriedade dos meios de produção. O critério da agenda do Estado, ou seja, o critério que define o que compete ao Estado fazer, é técnico e não filosófico. Ele atribui um fundamento ético ao seu liberalismo (OLIVARES, 2006 apud CORAZZA, 2020, p. 154).

Com o aumento da participação do Estado, a ação de atuação do mercado na relação diminuiu para 40%, o que é explicado pelos impactos da Grande Depressão. Fato é que continua sendo o lócus de referência para produção, circulação e realização das relações negociais, agora com o suporte inquestionável do Estado.

**Quadro 3** – Dimensão da Relação Estado/Mercado no período do Keynesianismo (1930 a 1970)

Instituição	Dimensão em percentagem		Conquistas de Direitos		
			Civis	Políticos	Sociais
Estado	60	Repúblicas democráticas ou Monarquias constitucionais	XVIII	XIX	XX
Mercado	40	Impactos da Grande Depressão.			

Fonte: Sistematização dos autores, 2020.

Na esteira do suporte do Estado ao Mercado está o apoio incondicional às empresas que estão fora dos seus respectivos pontos de equilíbrio em razão da Depressão. Como visto no item anterior, trata-se do momento de ruptura da concorrência perfeita e passagem para a concorrência imperfeita, onde estão presentes os complexos industriais e empresas multinacionais que são a linha de frente da acumulação capitalista, tendo em sua retaguarda a mão firme do Estado e a liberdade do Mercado.

No sistema capitalista, hegemônico é o capital e não o Estado. Isso não significa, no entanto, que o Estado opere como mero instrumento do capital. Não, o capital é hegemônico, mas não tem autonomia absoluta de movimentação. Seu processo de valorização não se dá no vazio, mas num quadro institucional e num contexto político garantido pelo Estado (CORAZZA, 2020, p. 161).

Essa condição de dimensão da relação Estado/Mercado/Empresas foi tão importante para o sistema que, após a Segunda Grande Guerra Mundial, resultou nos anos dourados do capitalismo.<sup>15</sup>

Como forma de assegurar o próprio Estado, devido aos problemas sociais e econômicos causados pelo impacto da industrialização e pela própria fragilidade econômica após a Segunda Guerra Mundial, impôs-se aos governos, iniciando a partir dos países desenvolvidos, a orientação de políticas de prestações sociais no âmbito da assistência social, saúde, educação, trabalho, dentre outras (também chamados de direitos fundamentais de segunda geração). Tais garantias materiais con-

cretas, de cunho positivo, acabaram reconhecidas constitucionalmente (CANOTILHO, 2003).

A década de 1970 é, sem dúvida, um período que significa um marco no intervalo temporal do pensamento econômico. São anos marcados por uma grande crise capitalista composta por elementos que lhe caracterizam por desequilíbrios conjunturais e estruturais. Conjunturais, no sentido de que há ocorrência de aumentos generalizados de preços nas principais economias mundiais, configurando o fenômeno da inflação; e estruturais, na perspectiva de que essas mesmas economias passam, junto com a inflação, a terem suas atividades produtivas estagnadas. O que remete ao termo *stagflation*, que significa atividade econômica estagnada, acompanhada de altos índices de inflação.

Do ponto de vista da teoria econômica entram em cena os diagnósticos a respeito do que estava ocorrendo. As tentativas do referencial keynesiano mostram-se frágeis e insuficiente para a compreensão e também para orientar saídas para a crise. Logo, nesse cenário ressurgem o pensamento liberal, agora com novas lideranças e com o prefixo "neo".

Em realidade, a base de sustentação do pensamento neoliberal, resguardadas as contingências das respectivas épocas, remete ao pensamento do liberalismo clássico, onde a relação Estado/Mercado estará presente com suas respectivas dimensões de importância. Pontualmente,

[...] o neoliberalismo<sup>16</sup> – as ideias, as instituições, as políticas, a racionalidade política –, juntamente com sua criação, a financeirização, prova-

<sup>15</sup> Período entre 1945 e 1973 no qual os países capitalistas tiveram um expressivo crescimento econômico. O historiador Eric Hobsbawm o denominou como "A Era de Ouro do Capitalismo" ou "Os Anos Dourados" (HOBSBAWM, 1995).

<sup>16</sup> "O termo neoliberalismo foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann em 1938, uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade de Mont Pèlerin" (BROWN, 2019, p. 28).



velmente moldaram a história mundial recente tão profundamente quanto qualquer outro fenômeno que possa ser situado no mesmo período, mesmo que acadêmicos continuem a debater o que ambos são precisamente (BROWN, 2019, p. 28).

Em termos da dimensão da relação, o pensamento neoliberal vai posicionar o Estado em 20% de atuação (Quadro 4), o que implica um robusto programa de reformas estruturais,

Como instrumento da política econômica do Estado, com o desmantelamento dos auxílios sociais, da progressividade do imposto e outras ferramentas de redistribuição de riqueza de um lado e com o estímulo da atividade sem entraves ao capital mediante a desregulamentação do sistema de saúde, do trabalho e do meio ambiente, entre outros (BROWN, 2007 apud DARDOT e LAVAL, 2016, p. 14).

Como não poderia deixar de ser, essa onda de ajustes e reformas estruturais inicia a partir dos países centrais ao capitalismo e, posteriormente, se prolifera à periferia.

Por volta do final dos anos 1970, explorando uma crise de lucratividade e estagnação, os programas neoliberais foram implementados por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, novamente focados na desregulação do capital, no combate ao trabalho organizado, na privatização de bens e serviços públicos, na redução da tributação progressiva e no encolhimento do Estado social (BROWN, 2019, p. 28).

É importante desmistificar a ideia de Estado mínimo, pois, no pensamento neoliberal, a figura é de um Estado forte, não somente cingido à justiça e segurança, mas aos instrumentais de política econômica que estabeleçam plenas condições

para o retorno do livre mercado. "O núcleo duro dessa ideologia seria constituído por uma identificação do mercado com uma realidade natural" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 14).

No entanto, o neoliberalismo vai além de uma visão econômica, ou seja, é mais do que um ato de fé fanático na naturalidade do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016). Por exemplo, quando vista pela lente dos neomarxistas, "[...] o neoliberalismo (é visto) como um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar keynesianos, às sociais democracias e ao socialismo de Estado" (BROWN, 2019, p. 29). O que leva à compreensão que o neoliberalismo seria "uma reprogramação do liberalismo" como se ainda houvesse espaço para o *laissez-faire*.

Outra perspectiva é a dada por Michel Foucault, que orienta uma outra compreensão no significado, objetivo e propósito do neoliberalismo.

Em seu curso no Collège de France de 1978-79, Foucault enfatizou a significância do neoliberalismo como uma nova racionalidade política, cujo alcance e implicações vão muito além da política econômica e do fortalecimento do capital (BROWN, 2019, p. 30).

Trata-se de uma visão crítica que, dada sua amplitude, abrange todas as dimensões da relação Estado e Mercado. Onde, no Quadro 4, o mercado ocupa 80% da dimensão da relação. Nessa condição, o mercado é robustecido por grandes conglomerados empresariais nacionais e internacionais, o que mostra a força e potência das condições para a valorização do capital.

**Quadro 4 – Dimensão da Relação Estado/Mercado no período do Neoliberalismo (1970 a 2020)**

Instituição	Dimensão em percentagem		Conquistas de Direitos		
			Civis	Políticos	Sociais
Estado	20	Repúblicas democráticas ou Monarquias constitucionais	XVIII	XIX	XX
Mercado	80	Recuperação da crise dos anos 1970.			

Fonte: Sistematização dos autores, 2020.

Como forma de assegurar o livre mercado, no contexto neoliberal, desfragmentam-se os direitos fundamentais de segunda geração implementados.<sup>17</sup> De maneira geral, as constituições passam por um processo de revisão pelos países, momento em que as prestações sociais, antes asseguradas, acabam por serem excluídas ou reduzidas do texto fundamental. Assim, direitos sociais, trabalhistas<sup>18</sup> e previdenciários passam a ser flexibilizados e desconstitucionalizados, processo que facilita que tais direitos sigam a lógica econômica de mercado.

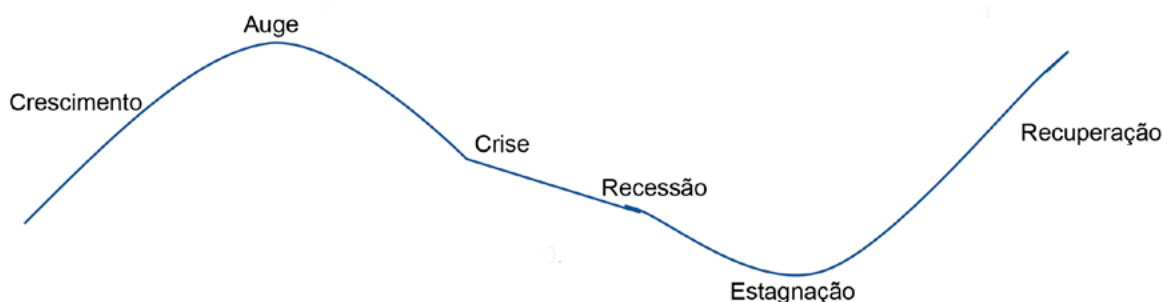
A amplitude dessa visão permite observar de forma mais consistente a abrangência desse referencial teórico, principalmente porque

[...] nessa racionalidade os princípios do mercado se tornam princípios do governo aplicados pelo

e no Estado, mas também que circulam através de instituições e entidades em toda a sociedade – escolas, locais de trabalho, clínicas etc. Esses princípios tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo economicus*, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo) (BROWN, 2019, p. 31, grifo do autor).

Por fim, esse percurso histórico, teórico e político teve como propósito destacar como a sociedade, na lógica da produção e reprodução capitalista, em seus respectivos momentos, age e reage na busca das melhores condições para a acumulação de riqueza. Fato é que, independentemente dos aportes teóricos e filosóficos, o modo de produção capitalista reveste-se de um comportamento cíclico (Quadro 5).

#### Quadro 5 – Fases componentes do Ciclo Econômico Capitalista



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Muitos estudiosos, independente de identidade teórica, dedicaram-se ao estudo do comportamento cíclico do capitalismo e muitas conclusões importantes podem ser extraídas. Em linhas gerais, os estudos destacam ciclos de curto e de longo prazo, surgindo a identificação de crises conjunturais e estruturais. As crises conjunturais são as identificadas no curto prazo

e, normalmente, resolvidas com medidas de política econômica, em algumas situações com políticas monetárias e, em outras, com políticas fiscais ou a combinação de ambas. Já as crises estruturais são as que somente são resolvidas com mudanças estruturais na base produtiva via inserção de novas tecnologias e mudanças no processo de organização do trabalho. A título de

<sup>17</sup> A tendência de reproduzir modelos de reforma constitucional sob o prisma neoliberal, transformações muito presentes em países da América Latina, principalmente a partir dos anos 80, com uma constitucionalização de temas econômico-liberal ao mesmo tempo em que desconstitucionaliza conteúdos econômico-social. Como exemplo, destacam-se a reforma constitucional chilena (1980) e Emendas Constitucionais à Constituição Brasileira de 1988 (principalmente a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso).

<sup>18</sup> "Com maior intensidade, após a crise mundial de 2008, verifica-se no mundo uma nova ofensiva neoliberal sobre a regulação das relações de trabalho que tem na flexibilização da legislação trabalhista e no ataque às instituições responsáveis pela regulação pública do trabalho duas de suas principais expressões [...] visando instituir a regulação das relações de trabalho sob o paradigma do direito privado e sua lógica negocial, fato que tem resultado em uma acentuação da precarização social do trabalho mundo afora" (DRUCK; JESUS, 2018, p. 19), contexto esse em que foi apresentada a reforma trabalhista brasileira em 2017. A partir dela houve uma "[...] intensa reconfiguração do status do trabalhador no Brasil. Este, cada vez mais, vem perdendo o reconhecimento de que é sujeito de direito, ou melhor, um trabalhador-cidadão a ser protegido pelo Estado" (BARBOSA, 2020, p. 72).

exemplo: a crise de 1929 foi uma crise conjuntural e a orientação keynesiana foi a combinação de política monetária e fiscal; por sua vez, a crise dos anos 1970 foi uma crise estrutural e, para sua solução, a orientação neoliberal foi de ajuste estrutural, combinando uma série de reformas.

Para efeitos dessa reflexão, importa que o sistema capitalista é cíclico e que suas crises ocorrem continuamente. Assim, a partir das informações contidas no Quadro 6, destacam-se as principais crises capitalistas ocorridas no transcorrer do século XX.

**Quadro 6** – Principais crises capitalistas ocorridas no transcorrer do século XX

Anos	Local	Nome	Causa
1929	EUA	<b>Grande Depressão</b>	A crise econômica mundial da década de 1930 foi precipitada pela queda dos preços no mercado agrícola nos EUA em 1928.
1973	EUA	<b>Crise do petróleo</b>	A economia mundial e, particularmente, a dos Estados Unidos, entram em recessão após a crise do petróleo de 1973.
1997	Ásia	<b>Crise monetária</b>	Desvalorização das moedas asiáticas.
2008	EUA	<b>Subprime</b>	Resultou de intervenções do governo norte-americano, o que impulsionou a sustentação de uma bolha imobiliária que só se tornou mundialmente reconhecida em agosto de 2007.
2020	China	<b>COVID-19</b>	A doença foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em dezembro de 2019.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2020.

As informações contidas na terceira coluna do Quadro 6 indicam o tipo de origem da respectiva crise. Daí a observação de que, via de regra, em uma crise, a causa, bem como as consequências, são econômicas. No entanto, a crise de 2020 tem uma causa que não é econômica, e sim sanitária, o que caracteriza um diferencial importante.

A pandemia que se abateu sobre os diferentes países do mundo no início do ano de 2020 trouxe consequência inéditas para a economia global. Ao contrário das crises de 1929 e 2008, o colapso econômico de 2020 não é fruto do contágio da economia real por uma crise originada no setor financeiro, mas do contágio da economia real por uma crise de saúde pública, ou simples assim, do contágio por um vírus (CARVALHO, 2020, p. 9)

Por outro lado, sabe-se que o referencial teórico, atualmente adotado pela grande maioria dos países capitalistas, sejam de governos aliados à ideologia conservadora ou progressista, é o neoliberal,

onde, conforme as especulações nessa reflexão, as dimensões de atuação do mercado chegam a 80% (Quadro 4), ou seja, menos intervenção estatal e muito mais liberdade de mercado. Dado este contexto, a pergunta que fica é: *qual a orientação de política econômica neoliberal para controlar o abalo econômico causado pela crise sanitária de 2020?*

Não se trata de uma resposta fácil, pois não existe no referencial uma formulação para tal situação: uma crise exógena aos preceitos teóricos econômicos. No entanto, a crise está posta e tem que ser enfrentada, pois se reveste de resultados econômicos, tais como: queda generalizada da atividade produtiva; fechamento de empresas, independente do porte; queda abrupta da arrecadação fiscal; inadimplemento, tanto de pessoas jurídicas quanto físicas; desemprego generalizado; aumento da pobreza e da miséria, entre outros. As informações constantes no Quadro 7 compõem um mapeamento das diferentes ações:

**Quadro 7** – Impactos econômicos do Coronavírus – Medidas econômicas adotadas pelos governos contra a pandemia

Países	Estímulo Monetário		Financiamento e Liquidez			Estímulo Fiscal	
	Redução da taxa de juros	Compra de Ativos	Estímulos			Estímulos de proteção social, trabalho e emprego	Flexibilização Tributária/Fiscal
			Estímulos Bancários	Compra de Títulos	Crédito a pequenas e médias empresas		
Estados Unidos	X	-	X	X	X	X	-
Zona do Euro	-	X	X	X	X	-	X
Alemanha	-	-	X	-	X	X	X
França	-	-	X	-	X	X	X
Itália	-	-	X	-	X	X	X
Espanha	-	-	-	-	X	X	X
Reino Unido	X	-	X	X	X	X	X
Canadá	X	-	X	-	X	X	X
Japão	X	X	-	-	X	X	X
Austrália	X	-	-	X	X	X	X
Coreia do Sul	X	-	X	-	X	X	X
China	X	-	X	-	X	-	X
Brasil	X	-	X	-	X	X	X

**Fonte:** Informações sistematizadas pelos autores a partir da divulgação de dados da diretoria Econômica da União Europeia e da Agência Governamental Brasileira EBC Serviços.

Logo, o que ocorreu mundialmente foi uma ação imediata dos governos, independentemente de suas posturas ideológicas, já que a crise sanitária não escolhe tempo ou lugar para se alocar. As respostas tiveram que ser imediatas e vieram na forma de auxílios monetários para pessoas físicas e jurídicas, financiamentos para empresas e medidas fiscais. A pretensão é identificar o que os países fizeram. É evidente que o montante de recursos está na razão direta do tamanho da economia e da capacidade financeira do respectivo país.

Enfim, é crível que em todas as economias houve ação imediata de socorro às pessoas e

empresas, o que, em última instância, significa uma forma de socorro ao capital. É exatamente nesse ponto que se detecta uma ruptura na ordem do pensamento neoliberal. As ações de necessidade de socorro mostram-se superiores à formulação de políticas de recorte teórico ou filosófico. Mas, tendo por base a relação Estado/Mercado, é possível detectar três possibilidades de interpretação destas ações:

a) a orientação neoliberal está mais liberal clássica do que nunca, na medida em que está reservando ao Estado, pelo menos momentaneamente, um papel

não somente de justiça e segurança, mas também de intervenção motivada por calamidade pública à sociedade como um todo;

b) no entanto, há quem veja nessas ações muito mais uma orientação tipicamente keynesiana de injeção de recursos públicos no mercado sem a devida fonte de cobertura de receitas públicas aos moldes das soluções keynesianas para a crise de 1929;

c) em realidade, também é possível interpretar que a dimensão da crise sanitária provocou uma ruptura na racionalidade neoliberal e que seus operários, passado o susto, estão se preparando para o retorno à sua lógica operacional de dimensão 20 por 80.

### Considerações finais

As sociedades, no contexto mundial, vão seguindo seu percurso histórico e, com isso, transformando-se política, econômica e socialmente. As novas formulações vão ocupando o lugar das anteriores e, em algumas situações, as reformulando. O propósito dessa reflexão foi, a partir da composição de uma relação Estado/Mercado, perceber o tamanho que cada escola do pensamento econômico determinava para cada uma dessas instituições. Pois entende-se a importância dessa determinação para os meios e fins da lógica da acumulação capitalista.

As dimensões de cada instituição na relação foram estipuladas a partir do pensamento de cada escola, levando-se em consideração o tempo histórico, principalmente no que se refere à passagem de um modo de produção para outro. Assim, o texto reflete a passagem do feudalismo para o capitalismo e circula pelas escolas do pensamento econômico: o mercantilismo, a fisiocracia, o liberalismo econômico, o keynesianismo, e conclui com o neoliberalismo nos tempos atuais.

Assim, a dimensão da relação Estado/Mercado como instituições pautadas pelo postulado neoliberal implica a redução de atuação do Estado. Ao contrário do pensamento keynesiano, os neoliberais retiram da atuação do Estado a sua

função empresarial e de promotor do bem-estar, passando-a para o mercado. Essa mudança impacta diretamente no modelo de proteção social, reduzindo os avanços trilhados pelas políticas sociais. Nem sempre esse movimento é claro e direto, utilizando-se de estratégias para além da retirada concreta de direitos sociais, através de políticas de ajustes fiscal.

Tendo como referência o Brasil, percebe-se que as mudanças que vêm sendo conduzidas pelo governo nacional do presidente Jair Bolsonaro, sob a perspectiva da agenda neoliberal do ministro Paulo Guedes, pautam-se pela austeridade fiscal como receita para o enfrentamento da crise econômica, o que limita os avanços obtidos com as políticas sociais de caráter universal. Ao optar pela austeridade fiscal, o Estado brasileiro compromete o mínimo já ofertado à população como garantia de acesso e de uma vida mais digna.

A pandemia tem estabelecido um forte movimento e esforços mundiais no sentido de ampliação de serviços de saúde como estrutura mínima para oferecer assistência à população. Com rápida contaminação e alta letalidade, o vírus tem determinado que os países corram contra o tempo para adequar minimamente a estrutura de atendimento à população e definir estratégias de compensação econômica à população. Certamente deverá representar uma crise mundial com profundas mudanças após esse enfrentamento sanitário.

É importante considerar que o referencial neoliberal, pego de surpresa pela pandemia, ainda não teve tempo de sinalizar qual a correta formulação de política econômica necessária para recuperar os danos sociais e prejuízos econômicos. Por enquanto, fica o questionamento: estariam os neoliberais revisitando o pensamento liberal clássico frente a uma calamidade pública ou estariam fechando os olhos e injetando recursos na economia como bons keynesianos? Ou ainda, também é possível interpretar que a dimensão da crise sanitária provocou uma ruptura na racionalidade neoliberal e que seus operários, passado o susto, estão se preparando para o retorno à sua lógica operacional de dimensão 20 por 80.

## Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SANDER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BARBOSA, Daniele. *A precariedade politicamente induzida e o empreendedor de si mesmo no caso Uber*. Sob uma perspectiva de diálogo entre Butler, Dardot e Laval. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BONA, André. Keynes x Hayek: entenda as teorias econômicas desses dois pensadores. In: *André Bona*. 28 jan. 2020. Disponível em: <https://andrebona.com.br/keynes-x-hayek-entenda-as-teorias-economicas-desses-dois-pensadores>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

CANOTILHO, José Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.

CARVALHO, Laura. *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*. São Paulo: Todavia, 2020.

COMMISSION EUROPEAN. *Policy measures taken against the spread and impact of the coronavirus*. Directorate General Economic and financial affairs. [S. l.], 2020. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/coronavirus-policy-measures-8-december\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/coronavirus-policy-measures-8-december_en.pdf). Acesso em: 8 jan. 2021.

CORAZZA, Gentil. *Estado e economia na história do pensamento econômico: uma análise crítica do liberalismo econômico*. Porto Alegre: Cirkula, 2020.

COUTINHO, Luciano Galvão. Percalços e problemas da economia mundial capitalista: estado, estagflação e riscos financeiros. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga Mello; COUTINHO, Renata (org.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. v. 1. p. 45-67.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, Graça.; JESUS, Selma Cristina. "Reforma trabalhista": uma contrarreforma para impor a precarização como regra. In: BENDA, Laura Rodrigues (org.). *A reforma trabalhista na visão da AJD: análise crítica*. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento-Casa do Direito, 2018. v. 1. p. 19-33.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HORA DO POVO. *Keynes: os EUA devem gastar para sair da depressão?* [S. l.], 15 jun. 2020. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/keynes-os-eua-devem-gastar-para-sair-da-depressao/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LEFEBVRE, Georges. *1789: o surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: UNESP, 2003.

PÉREZ, Carlota. *Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza*. México, D.F.: Siglo XXI, 2004.

SANT'ANNA, Ivan. *1929: quebra da bolsa de Nova York: a história real dos que viveram um dos eventos mais impactantes do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

UOL. *Veja medidas econômicas adotadas pelos países devido à pandemia do Coronavírus*. 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/03/25/veja-medidas-economicas-adotadas-pelos-paises-devido-a-pandemia-do-coronavirus.htm>. Acesso em: 24 jun. 2020.

VILLARREAL, René. Economia mista e jurisdição do estado: para uma teoria da intervenção do estado na economia. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 62-88, out./dez. 1984.

---

## Carlos Nelson dos Reis

Economista, Doutor pela UNICAMP; professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil.

---

## Pedro Alberto Cardoso Samuel

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS; Mestre em Serviço Social pela PUCRS; doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil.

---

## Endereços para correspondência

Carlos Nelson dos Reis  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Av. Ipiranga, 6681, Prédio 50, Sala 1001  
Partenon, 90619-900  
Porto Alegre, RS, Brasil

Pedro Alberto Cardoso Samuel  
Rua Otávio Rocha, 115, sala 1301  
Centro Histórico, 90020-151  
Porto Alegre, RS, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.*